

PLANO DA OBRA

VOLUME I

<i>Prelúdio</i>	9
<i>Nota prévia</i>	11
<i>Prefácio</i>	15
XLIV. O caso Pechstein: princípio do lugar único, jurisdição arbitral e garantias processuais fundamentais	19
XLIII. A decisão arbitral entre o acto e o negócio	55
XLII. Arbitrabilidade da pretensão anulatória e dos embargos à execução. <i>Iurisdictio, imperium</i> , reserva de juiz e monopólio da força	73
XLI. Constitucionalidade e arbitragem. Controlo de constitucionalidade por tribunais arbitrais e controlo de constitucionalidade de decisões arbitrais.....	87
XL. On-line dispute resolution and the virtual hearings: Six Characters in Search of an Author	107
XXXIX. Perturbação dos pactos de jurisdição e princípio da necessidade na competência internacional	119

XXXVIII.	Inexequibilidade e acção modificativa da sentença arbitral?	137
XXXVII.	Prefácio à monografia de conclusão de estágio de pós-doutoramento em Ciências Jurídicas de Marcelo Abelha	151
XXXVI.	Nota prévia à obra «Jurisdição do árbitro para a anulação de sentenças arbitrais», de Raul Longo Zocal.	155
XXXV.	A decisão arbitral: acto voluntário, negócio jurídico ou a necessidade de uma outra linguagem?	159
XXXIV.	Convenios arbitrales, pactos de jurisdicción, cláusulas escalonadas y otros tantos acuerdos procesales: que establecen, deberes de prestación o atribuciones negociales procesales?	175
XXXIII.	<i>Amicus Curiae</i> and the Currency of the Arbitral Award. The new P.R.I.M.E. Finance Arbitration Rules 2022	203
XXXII.	Nota prévia à obra “Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida”, de Fredie Didier Jr.	215
XXXI.	A nova Lei da Arbitragem de Macau.	219
XXX.	Perturbação dos contratos e processo estrutural	235
XXIX.	Estabilidade e impugnação da decisão arbitral.	245
XXVIII.	Arbitral precedent: still exploring the path II	255
XXVII.	O desejável aprofundamento do diálogo entre tribunais. A consulta prévia, os tribunais arbitrais e o Supremo Tribunal Administrativo	291
XXVI.	A prova do Direito em processo arbitral: <i>iura novit curia</i>	295
XXV.	<i>Iura novit curia</i> . The evidence of the law in arbitral proceedings.	301

XXIV.	Corrupção, ordem pública e decisão arbitral: a propósito do caso Alstom	307
XXIII.	Efeitos lícitos da prova ilícita em processo estadual e arbitral	319
XXII.	Estabilidade da decisão arbitral	429
XXI.	Arbitration, jurisdiction and culture: apropos the Rules of Prague	459
XX.	A constitucionalidade da execução hipotecária do Decreto-Lei n.º 70, de 21 de Novembro de 1966	465
XIX.	O Acesso ao Sistema Judicial e os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias: Alternatividade Efectiva e Complementaridade	493
XVIII.	Independence of the Arbitrators Portuguese Day at the China Arbitration Week	513
XVII.	Arbitragem societária: <i>hot topics</i> . Disponibilidade do direito de nomeação de árbitro e objectivização do contraditório ou do Rigor das Palavras que aprendi com Barbosa Moreira	519

VOLUME II

	<i>Prelúdio</i>	9
	<i>Nota prévia</i>	11
	<i>Prefácio</i>	15
XVI.	Stability and modification of the <i>res judicata</i> of arbitral awards..	19
XV.	Arbitration in Swaps: the Portuguese experience	37
XIV.	<i>Pactum de non petendo</i> : exclusão convencional do direito de acção e exclusão convencional da pretensão material.....	67

XIII.	L'arbitrabilità della pretesa di annullamento della decisione arbitrale: espansione dell'arbitrato ad un campo improbabile? .	113
XII.	Valor da causa e causas do valor nos processos arbitrais.	129
XI.	Acção modificativa do caso julgado arbitral. Um meio de impugnação esquecido	141
X.	Legitimidade extraordinária, procedimento e decisão arbitral: o eterno retorno à transmissão da coisa ou direito em litígio na pendência da acção	157
IX.	A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro. .	173
VIII.	Arbitrabilidade e tutela colectiva no contencioso das deliberações sociais	221
VII.	<i>De minimis non curat praetor.</i> O acesso ao sistema judicial e os meios alternativos de resolução de controvérsias: alternatividade efectiva e complementaridade.	257
VI.	A intervenção de terceiros no procedimento arbitral voluntário nos direitos português e italiano	275
V.	A execução em Portugal de decisões arbitrais nacionais e estrangeiras	343
IV.	A arbitrabilidade de medidas cautelares nos direitos português e brasileiro.	393
III.	A arbitrabilidade de medidas cautelares	417
II.	Os meios de impugnação de decisões proferidas em arbitragem voluntária no direito interno português	441
I.	Anulação e recursos da decisão arbitral	469

PRELÚDIO

Fazer a republicação de textos que foram tornados conhecidos ao longo do tempo é opção cuja razoabilidade pode ser discutida. Porém, Cronos e Kairós parecem ter-se encontrado. Através da linha cronológica que perpassa a ordem de publicação dos diversos estudos, compreende-se a linha do tempo e o fio do pensamento de quem os escreveu; bem vistas as coisas, apesar de se editarem trabalhos académicos – a expressão *científicos* seria, pelo menos, pomposa –, a presente compilação é uma autobiografia; é o percurso que se quer dar a conhecer.

O primeiro contacto com o instituto da arbitragem voluntária ocorreu no seminário do curso de mestrado, coordenado pela Professora Doutora Isabel Maria de Magalhães Collaço, no ano lectivo de 1986-87. Autora material da Lei de Arbitragem de 1986, a Professora Doutora Isabel Maria levou as aulas daquele seu primeiro seminário após a publicação do diploma legal a tais níveis de profundidade que quem agora escreve passou a ter nesta matéria o seu *vade cum me*: conhecidas já naquela altura as monografias do Professor João de Castro Mendes, entre elas, *O Direito de Acção Judicial*, os problemas específicos que uma jurisdição assente na autonomia privada trazia consigo não mais deixaram de estar no centro das suas preocupações. Quer através de trabalhos académicos, quer através de aulas, conferências ou pareceres, a realidade, com a sua força centrípeta, foi-se fazendo paulatinamente presente.

É neste contexto que se compreende a presente colectânea, mais uma colecção do que uma crestomatia. Nela se reúnem praticamente todos os estudos que foram sendo publicados ao longo dos anos numa área científica que veio a ganhar projecção no início deste século, sendo evidente o esforço de construção de um sistema de adjudicação que apresenta duas singularidades: a fonte dos poderes do decisor – a autonomia privada, que legitima o exercício da jurisdição por órgãos não integrados nas ordens de tribunais estaduais – e a natureza tipicamente internacional dos conflitos sob decisão. Estas duas características, uma, inerente, outra, contingente, determinaram o estudo de um conjunto de problemas que se pressentiam envoltos em nebulosas e a elaboração dos diferentes textos, que são como que notas conclusivas de possíveis soluções.

Corrupção, imparcialidade e independência dos árbitros, estabilidade do caso julgado arbitral, arbitragem societária e arbitragem administrativa foram alguns dos *Leitmotive* das actuais quarenta e quatro variações. A última é bem recente, confirmando que o tempo nunca para. O texto foi escrito entre o envio, para a Editora, das primeiras provas e o fecho da revisão final.

Num caminho de silenciosa solitude, Miguel Galvão Teles esteve, como uma linha de vida, nos momentos de dura solidão. Por isso, estes Estudos não lhe são dedicados, são-lhe devidos.

NOTA PRÉVIA

A decisão de Paula Costa e Silva de reunir numa só obra, desdobrada em dois volumes, quarenta e quatro estudos sobre arbitragem, escritos ao longo do seu brilhante percurso académico e profissional, constitui uma decisão certa, necessária e exemplar.

Decisão certa, porque esta obra se tornará um referencial para a comunidade jurídica lusófona. Decisão necessária, porque a dispersão de tantos estudos tão valiosos não permitia ter por perto, como apoio obrigatório para académicos, juízes, árbitros, advogados, estudantes, o pensamento de Paula Costa e Silva sobre direito da arbitragem. E decisão exemplar, em sentido próprio, porque outros académicos, nesta ou noutras áreas do Direito, poderão ponderar seguir caminho semelhante, assim acrescentando imenso valor ao quotidiano de dúvidas dos operadores do Direito.

Uma segunda nota sobre aquilo a que poderei chamar o modo de refletir e de *dizer* o Direito da autora.

A Paula Costa e Silva honrou-me com o convite para fazer esta nota prévia no início do verão. Nesta época do ano, costumamos escolher alguns livros para ler, a maioria das vezes romances. Pois bem, eu escolhera já os livros que iria ler. Todavia, não li esses livros, li este. E lendo esta obra, sem dúvida li um *romance* no verão de 2022. Um *romance jurídico*, é verdade, mas um *romance*. Há em Paula Costa e Silva uma arte rara, uma estética diria, na forma de pensar e de *dizer* o Direito.

Verdadeiramente, encontrei aqui o encantamento e a sedução intelectual de um romance propriamente dito. Cada texto é um *conto jurídico*, tal é a magia no tratamento de cada questão e a profundidade a que vai, num jogo perigoso de perguntas em crescendo, em que cada pergunta problemática é uma personagem viva, que segue o seu percurso e nos liga ao seu destino, não sabendo o leitor qual será esse destino, tão pouco percebendo antes do final se todas as respostas sobreviverão.

Destacaria o texto de novembro de 2021, «Perturbações dos pactos de jurisdição e princípio da necessidade na competência internacional», *romance jurídico* fruto de uma vivência partilhada pela autora com o Professor Arnoldo Wald diante de um caso concreto aparentemente insolúvel. Fascinante o

modo de pensar juridicamente de Paula Costa e Silva, sobretudo se apreciado por juristas também eles rendidos ao fascínio do próprio Direito.

Uma terceira nota sobre a autora, com a declaração de interesses de que uma grande amizade nos une.

Um dia, o meu querido sócio e amigo Miguel Galvão Teles, a quem Paula Costa e Silva dedica esta obra, dizia-me, comentando diversos pensadores do Direito, «a Paula é um génio». Quando trabalhei com a Paula Costa e Silva na Associação Portuguesa de Arbitragem e no Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, instituições a que presidi, observei de perto a sua inteligência superior, mas também como essa inteligência está carregada de pragmatismo, de bom senso, de pés na terra e de uma incontida pulsão para soluções concretas e finais.

Um espírito com a sua qualidade poderia perder-se em si mesmo ou por si mesmo, mas não, nunca tal sucedeu. Isto mesmo transparece nesta obra, escrita ao longo de uma vida: todos os temas obtêm uma resposta, todas as dúvidas que a autora a si mesma dirige procuram uma tomada de posição. Este aspeto é da maior relevância neste caso: estamos perante uma obra na qual os operadores do Direito irão procurar e poderão encontrar o benefício de entendimentos claros e de argumentos de autoridade sobre temas complexos e polémicos.

Uma quarta nota sobre o mérito intrínseco desta coletânea de estudos, que parece ter sido escrita agora de um só fôlego.

Basta percorrer o índice para se alcançar que esta obra tem dimensão e utilidade equiparáveis a um manual de direito da arbitragem. Se não há uma preocupação sistemática de cobertura exaustiva de todos os temas próprios de um manual de direito da arbitragem, certo é que são tratados os temas essenciais e são-no de uma forma tão profunda e didática que cada reflexão se expande, sem querer, como água livre, pelo direito da arbitragem todo ele.

A paixão de Paula Costa e Silva pelo Direito faz com que trate o Direito como coisa própria. É esta paixão que vivifica a sua determinação em arriscar por dentro da complexidade e do labirinto de cada tema, trazendo à superfície a palavra do próprio Direito.

Acresce que, sendo a arbitragem um mecanismo adjudicatório fundado na autonomia privada e na liberdade contratual, esta obra torna-se diferenciada pelo facto de as questões estruturantes da arbitragem serem analisadas por quem tem o domínio extremo do Direito das Obrigações e do Direito dos

Contratos, disciplinas em que Paula Costa e Silva é um dos nossos maiores mestres.

Uma última nota: a dimensão internacional da obra e da autora.

A obra tem dimensão internacional, não apenas em função das reflexões específicas sobre arbitragem internacional que inclui, mas também porque contém reflexões estruturantes sobre direito arbitral que constituem riquíssimas digressões ao âmago da arbitragem, que podem enriquecer qualquer jurista, em qualquer lado.

Por fim, Paula Costa e Silva reforça a sua dimensão internacional. Para além do seu notório prestígio e autoridade nas comunidades jurídicas da lusofonia, esta obra impõe uma comparação: ao longo de tantos anos como advogado e árbitro, nacional e internacional, estudei por inúmeros autores estrangeiros consagrados. Ora, Paula Costa e Silva em nada desmerece relativamente aos melhores.

Um dia disse o meu querido amigo Marcelo Rebelo de Sousa, já como Presidente da República, “quando os portugueses são bons, são os melhores”. Escrevo sem favor ou medo de errar: esta obra está ao nível do que de melhor se pode ler no domínio do direito da arbitragem.

Agosto de 2022.

ANTÓNIO PINTO LEITE

PREFÁCIO

O simples fato de prefaciar uma obra já é uma grande honraria para quem subscreve estas linhas. Mas, neste caso, o convite que me foi feito pela Professora Paula Costa e Silva me emociona especialmente.

Primeiro, pelos laços de amizade que nos unem. Conheço a Professora Paula desde meados dos anos 2010, e tivemos juntos a honra de sermos homenageados em 2019, por ocasião do prestigioso Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra, pelas nossas respectivas contribuições para o desenvolvimento da arbitragem no Brasil e em Portugal.

Segundo, pela admiração à jurisconsulta. A autora é Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde lecionou as disciplinas de Direito dos Valores Mobiliários, Direito Processual Civil, Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Arbitragem, nos cursos de licenciatura, mestrado e doutorado. A obra aqui prefaciada representa assim uma parte de seu aporte à ciência jurídica dedicada à arbitragem.

Estes estudos são a compilação dos escritos da Professora Paula sobre a arbitragem. Trata-se de artigos, pareceres, prefácios e conferências sobre diversas questões relativas ao tema.

Aqui vale recordar que a incursão da Professora Paula sobre a questão arbitral se inicia num estudo de 1987 por ela apresentado no concurso para assistentes-estagiários da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o que demonstra o seu interesse pela matéria arbitral logo no início de sua brilhante carreira acadêmica. Esse estudo, dedicado ao espinhoso tema da “Anulação e Recursos da Decisão Arbitral”, foi posteriormente publicado, com algumas alterações, na Revista da Ordem de Advogados em 1992. Nele, a autora se debruça sobre a então recente Lei n.º 31/86, que estabeleceu uma nova regulamentação à arbitragem voluntária em Portugal.

Notável é também que as questões que gravitam em torno da sentença arbitral sejam objeto de diversos estudos pela autora, o que já seria por si só um tratado sobre a temática. Dos 44 trabalhos consolidados na presente obra, nada menos que treze versam sobre a sentença arbitral, com análises

desde a sua qualificação¹ até a autoridade de coisa julgada da decisão, sua estabilidade e sua ação modificativa² e os meios de impugnação e execução da sentença arbitral³.

Outro tema que é objeto de reflexão da Professora Paula é a arbitrabilidade. Em seu primeiro estudo sobre a matéria, de 2003, a autora analisa a arbitrabilidade de medidas cautelares⁴, para em um estudo posterior apresentar um minucioso trabalho de direito comparado português-brasileiro sobre a questão⁵. Aliás, o profundo conhecimento da autora em direito comparado é um traço evidente em sua obra. A autora examina ainda a arbitrabilidade e a tutela colectiva no contencioso das deliberações sociais⁶, tema complexo e bastante atual.

Os leitores destes estudos apreciarão também a narrativa dos escritos sobre os aspectos processuais da arbitragem sob a ótica de uma processualista e arbitralista. Inicialmente, em outro trabalho de direito comparado, a autora faz uma incursão nos direitos italiano e português no que concerne à intervenção de terceiros no procedimento arbitral⁷. Em seguida, debruçando-se sobre questões probatórias, a autora examina os efeitos lícitos da prova ilícita em processos estatal e arbitral⁸, a prova do Direito em processo arbitral e o *iura novit curia*⁹, além de brindar-nos com uma análise crítica das Regras

¹ Capítulo XXXV. “A decisão arbitral: acto voluntário, negócio jurídico ou a necessidade de uma outra linguagem?”, capítulo XLIII. “A decisão arbitral entre o acto e negócio”.

² Capítulo XI. “Acção modificativa do caso julgado arbitral. Um meio de impugnação esquecido”; capítulo XVI. Stability and modification of the *res judicata* of arbitral awards; capítulo XXII. “Estabilidade da decisão arbitral”; capítulo XXIX. “Estabilidade e impugnação da decisão arbitral”; capítulo XXXIX. “Inexequibilidade e acção modificativa da sentença arbitral?”.

³ Capítulo I. “Anulação e recursos da decisão arbitral”; capítulo II. “Os meios de impugnação de decisões proferidas em arbitragem voluntária no direito interno português”; capítulo V. “A execução em Portugal de decisões arbitrais nacionais e estrangeiras”; capítulo XIII. “L’arbitralità della pretesa di annullamento della decisione arbitrale: espansione dell’arbitrato ad um campo improbabile?”; capítulo XLII. “Arbitrabilidade da pretensão anulatória e dos embargos à execução. *Iurisdictio, impeirum*, reserva de juiz”.

⁴ Capítulo III.

⁵ Capítulo V.

⁶ Capítulo XI.

⁷ Capítulo VI.

⁸ Capítulo XXIII.

⁹ Capítulos XXV e XXVI.

de Praga¹⁰. Nessa toada, a Professora Paula estuda as relações entre o poder judicial e procedimento arbitral, tais como o acesso ao sistema judicial e os métodos alternativos de resolução de controvérsias¹¹, a natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro¹², e o diálogo entre tribunais na questão sobre a consulta prévia, os tribunais arbitrais e o Supremo Tribunal Administrativo¹³.

Os Estudos de Arbitragem da Professora Paula Costa e Silva demonstram a evolução do seu pensamento sobre o tema arbitral nos seus mais diversos aspectos, contribuindo para a compreensão e a reflexão de questões complexas. Obra de referência na bibliografia lusófona sobre a matéria, estes Estudos encontram um lugar especial na biblioteca de qualquer jurista.

Em conclusão do seu artigo “A decisão arbitral: acto voluntário, negócio jurídico ou a necessidade de uma outra linguagem?”, a autora afirma que *“A conclusão que aqui deixamos só transitariamente é final: há uma ponta que sabemos ficar solta. Mas, como escrevemos em outro lugar, pedimos a compreensão do leitor, a quem prometemos regressar, não tão tarde que o tempo já nos baste, a esta Novela”*¹⁴.

O subscritor desta nota espera que a Professora continue a presentear-nos com novos capítulos de sua novela arbitral, não somente para o debate da matéria mas, em especial, para o deleite daqueles que os leem.

Curitiba, setembro de 2022.

JOÃO BOSCO LEE

¹⁰ Capítulo XXI.

¹¹ Capítulos VII e XIX.

¹² Capítulo IX.

¹³ Capítulo XXVII.

¹⁴ Capítulo XXXV.